

Texto apresentado nesta terça-feira aponta suspeitos de envolvimento em esquemas de corrupção em fundos de pensão. Outras 166 pessoas e empresas poderão ser investigadas pelo Ministério Público na esfera civil, por descumprimento da Lei de Improbidade Administrativa.

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão foi apresentado nesta terça-feira (12) pelo deputado Sergio Souza (PMDB-PR) e pede o indiciamento de 145 suspeitos de envolvimento em esquemas de corrupção nos fundos da Caixa Econômica Federal (Funcef), dos Correios (Postalís), da Petrobras (Petros) e do Banco do Brasil (Previ).

Devido a um pedido de vista feito por parlamentares, a votação do texto está prevista para quinta-feira (14).

A CPI apurou prejuízo de R\$ 113,4 bilhões, com a desvalorização de ativos dos quatro fundos de pensão no período de 2011 a 2015. De acordo com o relatório, a rentabilidade do ativo da Previ nesse período ficou abaixo da meta mínima em R\$ 68,9 bilhões. Na Petros e na Funcef, o prejuízo para os ativos foi de R\$ 22,3 bilhões e R\$ 18,1 bilhões, respectivamente. Já no Postalís, a baixa foi de R\$ 4,1 bilhões.

Souza observa que o deficit será repassado tanto aos beneficiários dos fundos quanto aos contribuintes, por meio do aumento da carga tributária. “A partir do momento em que um fundo de pensão tenha de fazer um aporte a mais para recuperar um deficit, não é só o filiado que se prejudica, é a União e o cidadão”, disse.

A lista de pedidos de indiciamento inclui o diretor do BNY Mellon, José Carlos Lopes Xavier de Oliveira, acusado de autorizar aplicações irregulares com recursos da carteira de ações do Postalís. As negociações ilícitas com o dinheiro do fundo resultaram em baixa da ordem de R\$ 4 bilhões.

O BNY intermediou a troca de títulos da dívida nacional por títulos da dívida argentina e venezuelana em 2011, negócio que não foi honrado por esses países, com prejuízo estimado em R\$ 240 milhões.

### **Fraude no Postalís**

Souza também pediu ao Ministério Público que investigue possíveis crimes cometidos pelo ex-presidente do Postalís Alexej Predtechensky e pelo operador do mercado financeiro Fabrizio Dulcetti. Eles foram indiciados pelo Polícia Federal na segunda-feira (11), por denúncia de fraude de R\$ 400 milhões no Postalís.

Conforme o relator, o esquema funcionava com a compra de títulos por operadora no exterior, que eram vendidos a intermediários e, em seguida, revendidos a preços superfaturados aos fundos.

Em uma das operações financeiras investigadas, a administradora Atlântida teria adquirido título do Lehman Brothers com sobrepreço de 4 milhões de dólares em relação ao preço pago pela intermediária Latam, ligada a Predtechensky.

### **Investigação ampla**

Para o deputado Efraim Filho (DEM-PB), repetiu-se nos fundos de pensão o mesmo modus operandi do esquema de corrupção na Petrobras. Ele elogiou o relatório, que “deixará um legado de uma investigação bem feita, com mais de 300 quebras de sigilo bancário e modernização de leis”.

Durante os trabalhos, a CPI solicitou ao Ministério Público a quebra de sigilo bancário de 356 contas e obteve acesso em 83% dos casos.

O parecer de Sergio Souza também encaminha ao Ministério Público 166 pedidos de investigação de pessoas e empresas na esfera civil. O objetivo é que haja responsabilização por descumprimento da Lei de Improbidade Administrativa.

Um desses pedidos recai sobre os dirigentes da empresa Sete Brasil. A Petros injetou mais de R\$ 1 bilhão na empresa para construir 28 sondas de perfuração, um valor total de 22 bilhões de dólares – 18 bilhões de dólares dos quais deveriam sair do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esse financiamento, no entanto, foi negado pelo banco depois de deflagrada a Operação Lava Jato.

A Petros detém 17% de participação no Fundo Sondas, criado para controlar a Sete Brasil.

**Fonte:** [Agência Câmara Notícias](#), em 12.04.2016.